



## **Assembleia Legislativa do Estado do Acre**

### **LEI N. 1.040, DE 12 DE MAIO DE 1992**

"Reajusta os salários dos ocupantes dos cargos dos Grupos I, II, III, IV e V da estrutura salarial da Administração Direta, a Estrutura do Grupo Magistério, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, cargos de Direção e Assessoramento Superior e cargos de Natureza Especial e dá outras providências."

#### **O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE**

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica reajustado o salário dos servidores da Administração Direta, Ocupantes dos Cargos dos Grupos I, II, III, IV e V, conforme Tabela Salarial, anexo I.

**Art. 2º** Fica reajustado o salário dos servidores do Grupo Magistério Estadual, conforme Tabelas Salariais, anexos II, III, IV e VI.

**Art. 3º** Fica reajustado o soldo da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Estado do Acre, conforme Tabelas Salariais, Anexos VII e VIII.

**Art. 4º** Os Ocupantes dos Cargos de Direção e Assessoramento Superior, nível DAS-3, perceberão uma remuneração mensal correspondente a quatro vezes o valor pago no grupo V, estágio inicial.

**Parágrafo único.** Fica estabelecido em vinte por cento o intervalo do DAS-1 para o DAS-2 e trinta por cento do DAS-2 para o DAS-3, conforme Tabela Salarial, anexo IX.

**Art. 5º** A remuneração dos Secretários de Estado, Chefe do Gabinete Civil, Chefe do Gabinete Militar, Assessor Chefe de Comunicação Social, Procurador Geral do Estado e Procurador Geral da Justiça não poderá ultrapassar a quatro vezes a remuneração do DAS-3, conforme Tabela Salarial, anexo IX.

**Art. 6º** Fica revogada a Lei n. 999, de 2 de outubro de 1991, assim como o art. 3º da Lei n. 989, de 16 de julho de 1991.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos específicos constantes do Orçamento do Estado.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1992.

**Art. 9º** Revogam-se as disposições em contrário.

Rio Branco, 12 de maio de 1992, 104º da República, 90º do Tratado de Petrópolis e 31º do Estado do Acre.

**Desembargadora MIRACELE LOPES BORGES**

Governadora do Estado do Acre, em exercício